

1. Documento: 27469-2018-1

1.1. Dados do Protocolo

Número: 27469/2018

Situação: Ativo

Tipo Documento: Proposta de Projeto

Assunto: Gestão Documental

Unidade Protocoladora: GVP1 - Gab. da 1a.Vice-Presidencia

Data de Entrada: 05/09/2018

Localização Atual: EPRO - Escritorio de Projetos

Cadastrado pelo usuário: ADRIANRF

Data de Inclusão: 05/09/2018 17:36

Descrição: Projeto "Governança e Gestão do Lançamento de Dados da Área Judiciária"

1.2. Dados do Documento

Número: 27469-2018-1

Nome: Projeto Estratégico Governança e Gestão do Lançamento de Dados da Área Judiciária.pdf

Incluído Por: Gab. da 1a.Vice-Presidencia

Cadastrado pelo Usuário: ADRIANRF

Data de Inclusão: 05/09/2018 17:35

Descrição: Projeto "Governança e Gestão do Lançamento de Dados da Área Judiciária"

1.3. Assinaturas no documento

Assinador/Autenticador	Tipo	Data
Adriana Maria de Assis Rocha Ferreira	Login e Senha	05/09/2018 17:35

Documento Gerado em 05/09/2018 18:18:37

As informações acima não garantem, por si, a validade da assinatura e a integridade do conteúdo dos documentos aqui relacionados. Para tanto, acesse a opção de Validação de Documentos no sistema e-PAD.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica
Escritório de Projetos

SOLICITAÇÃO DE PROJETO ESTRATÉGICO – SPE

Nome do Projeto: Governança e gestão do lançamento de dados da área judiciária

Controle de Versões

Autor da Solicitação: *Secretaria de Gestão Estratégica / Diretoria Judiciária*

E-mail: planejamento@trt3.jus.br / dj@trt3.jus.br

Telefone: 31-3228-7195 / 7062 / 7072

Propósito do documento: *A solicitação de Projeto Estratégico é um documento de formalização de uma demanda por projeto de relevância estratégica. Este documento serve de referência informacional para a avaliação das instâncias aprovadoras do Tribunal.*

Versão	Data	Notas
V1	03/09/2018	Versão inicial

SITUAÇÃO ATUAL E JUSTIFICATIVA

Em 2016, por ocasião da construção da Cadeia de Valor do Tribunal por suas diversas áreas, os participantes evidenciaram como problemas:

- “Dados primários não são confiáveis. Os servidores lançam as informações para ficarem livres da tarefa e não sabem o impacto disso na gestão de dados. Medidas não são tomadas para controlar e evitar erros de lançamento pois os gestores das áreas jurídicas não se veem como responsáveis.
- Há muita remessa corretiva de dados. Solicitantes enviam pedidos de cálculo estatístico, e depois reenviam os dados corrigidos, causando retrabalho e mudanças das análises.
- Não há como retificar autuação antes da remessa. A central de distribuição faz isso no físico, mas no eletrônico as varas não estão fazendo essa retificação antes do envio. Não tem trava para barrar o envio antes da retificação.
- No PJe há partes e ritos trocados por erro de lançamento (ordinário por recurso).”

Contribui para o quadro exposto a ausência de definição clara de papéis e de responsabilidades quanto à governança e à gestão da informação judiciária no Regulamento Geral da Secretaria e no Provimento Geral Consolidado do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-MG).

Nota-se também que parte das unidades judiciárias de 1º e 2º grau realiza o controle de seus dados por intermédio de planilhas elaboradas na própria unidade ou consulta às “caixas” do Sistema PJe, entre outros meios, embora o art. 323 do Provimento Geral Consolidado do TRT-MG disponha que *o controle estatístico-processual do movimento judiciário e da atuação jurisdicional do primeiro e do segundo grau do TRT da 3ª Região será realizado mediante as informações disponibilizadas no Sistema e-Gestão.*

O Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão) é uma ferramenta eletrônica de apoio destinada a disponibilizar aos usuários acesso às informações relativas à estrutura administrativa e ao exercício da atividade judiciária dos órgãos do Judiciário do Trabalho de 1º e 2º grau. O sistema, porém, apresenta algumas limitações, notadamente:

- as informações disponibilizadas podem estar defasadas em até 45 dias;



SOLICITAÇÃO DE PROJETO ESTRATÉGICO – SPE

Nome do Projeto: Governança e gestão do lançamento de dados da área judiciária

- apenas alguns relatórios disponibilizados permitem a visualização de séries históricas;
- nem todas as informações necessárias ao controle estatístico-processual da unidade correspondem a itens do e-Gestão, razão pela qual relatórios específicos para tais informações são desenvolvidos no Sistema de Consulta a Dados Operacionais (Sicond).

Além disso, parcela significativa dos servidores não tem domínio, ainda que básico, dos editores de planilhas eletrônicas (Calc ou Excel), o que frequentemente é necessário para a geração e a visualização dos relatórios, independentemente do sistema utilizado (e-Gestão ou Sicond).

Assim, atualmente, o controle estatístico-processual do movimento judiciário e da atuação jurisdicional de 1º e 2º grau do TRT-MG se dá de forma incompleta, fragmentada e desarticulada, e os dados lançados no sistema nem sempre correspondem à real situação das unidades.

A incorreção nos dados jurídicos do TRT-MG no Sistema e-Gestão pode trazer como consequências:

- falta de confiabilidade nos dados lançados e nas estatísticas apuradas;
- retrabalho para corrigir os erros detectados;
- possíveis falhas no gerenciamento funcional do TRT-MG e de suas unidades judiciárias, mediante cálculos errôneos de metas, de indicadores e de estatísticas de interesse administrativo e institucional;
- possíveis perdas do TRT-MG nos processos de reestruturação organizacional, uma vez que os dados jurídicos são parâmetros essenciais utilizados nos anteprojetos de lei que determinam a criação de cargos, varas e gabinetes, assim como na alocação da força de trabalho e distribuição de funções comissionadas e cargos em comissão;
- inconsistência nos dados sobre a movimentação processual das unidades judiciárias, podendo provocar problemas na gestão interna.

Ademais, o parágrafo único do art. 133 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho determina que *é de responsabilidade dos presidentes dos tribunais regionais do trabalho a fidedignidade das informações estatísticas disponibilizadas no Sistema e-Gestão*.

Diante desse quadro, é imperativo estabelecer uma ação para melhoria dos dados da área judiciária do TRT-MG.

Em 2017, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) priorizou as Metas 4 e 5 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho – tempo médio de duração do processo nos 1º e 2º graus de jurisdição – para iniciar a implantação de iniciativas direcionadas ao alcance dos objetivos por elas pretendidos. Nesse contexto, os Subcomitês Gestores da Estratégia da Justiça do Trabalho elaboraram planos de iniciativas conjuntas para serem implantados pelos Tribunais Regionais, conforme suas especificidades. Considerando o compromisso da Justiça do Trabalho com a razoável duração do processo e a garantia da prestação jurisdicional efetiva, o CSJT solicitou a cada Corte Regional o empenho quanto à adoção de iniciativas capazes de impulsionar o desempenho nas citadas metas. Na temática gestão do lançamento de dados da área judiciária, o que se pretende com este projeto coincide com o proposto por algumas dessas iniciativas conjuntas, o que permitirá atender algumas das proposições sugeridas pelo CSJT por meio do Ofício Circular CSJT.GP.CGEST nº 3/2018.

Já em 2018, com o intuito de alavancar a execução do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e, assim, também, o desempenho desse segmento de justiça, o CSJT informou que, neste ano, o foco será o planejamento e execução de ações visando ao alcance das metas estratégicas. Por isso, os



SOLICITAÇÃO DE PROJETO ESTRATÉGICO – SPE

Nome do Projeto: Governança e gestão do lançamento de dados da área judiciária

Regionais deverão responder trimestralmente sobre as iniciativas tomadas para cumprimento das metas. Este projeto também contribui para satisfazer essa demanda do Conselho.

DESCRIÇÃO

O projeto desenvolverá e implantará um sistema de governança e gestão da informação que permita aprimorar continuamente a adequação às normas e a qualidade das informações da área judiciária do TRT-MG, dividindo-se nas seguintes entregas:

1. Mapeamento de fragilidades críticas para lançamento de dados no Sistema PJe e aperfeiçoamento do instrumento para solicitação de melhorias no referido sistema.
2. Criação de procedimentos experimentais para lançamento, conferência e eventual correção de dados de 1º e 2º graus, e implantação em unidades piloto, com vistas à criação de metodologia de gestão do lançamento de dado do Tribunal.
3. Conscientização dos usuários da área fim do TRT-MG (magistrados, servidores e estagiários) sobre a importância do correto lançamento dos movimentos processuais.
4. Simplificação dos procedimentos de geração e de visualização de relatórios para controle estatístico-processual pelas unidades judiciárias de 1º e 2º graus.
5. Desenvolvimento e implantação de sistema de governança e gestão da informação judiciária, estabelecendo diretrizes, controles de responsabilidade, processos de trabalho, procedimentos e, caso necessário, criação de normas, visando assegurar a adequação às normas e a qualidade das informações.

RESULTADOS ESPERADOS

Acredita-se que este projeto permitirá que o TRT-MG, de um modo geral, se beneficie institucionalmente de muitas maneiras, a saber:

- melhoria na qualidade e na confiabilidade dos dados lançados e das estatísticas geradas;
- diminuição das inconsistências verificadas nos dados sobre a movimentação processual da unidade;
- redução da quantidade de retrabalho para a realização de correções e atualizações de dados incompletos ou equivocados;
- melhoria no gerenciamento do TRT-MG quanto ao cumprimento de metas, atingimento de indicadores (estratégicos e nacionais) e acompanhamento de estatísticas relevantes à gestão administrativa e jurisdicional;
- aumento da credibilidade nas decisões dos Órgãos Superiores nos processos de reestruturação organizacional, uma vez que são tomadas com base nos dados jurídicos do TRT-MG;
- aprimoramento da gestão interna das unidades que se basearão em dados mais fidedignos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica
Escritório de Projetos

SOLICITAÇÃO DE PROJETO ESTRATÉGICO – SPE

Nome do Projeto: Governança e gestão do lançamento de dados da área judiciária

VINCULAÇÃO ESTRATÉGICA

- Promover a qualidade, celeridade e efetividade das atividades jurisdicionais.
- Aperfeiçoar a comunicação interna e externa.
- Aperfeiçoar a gestão e a governança corporativa e de TIC.

RELAÇÃO COM OUTROS PROJETOS ESTRATÉGICOS

- Saneamento dos cadastros de partes do 2º grau.
- Processos pendentes de movimentação - 1º grau.

PREVISÃO DE INÍCIO DO PROJETO:

Novembro de 2018.

ESTIMATIVA DE DURAÇÃO DO PROJETO:

14 meses.

PROPOSTA DE GERENTE DO PROJETO:

Juliana Aparecida Ribeiro (Seção de Planejamento e Estatística - Secretaria de Gestão Estratégica)
e Rogélio Bar Neto (Seção de Planejamento e Gestão - Diretoria Judiciária).

INDICAÇÃO DE PATROCINADOR DO PROJETO:

Desembargador Presidente do Tribunal – Dr. Márcio Flávio Salem Vidigal (Presidente em exercício)